

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

---SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

-----  
--- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, na Sala da Assembleia, na antiga Escola Prática de Cavalaria, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

---Um---APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

---Dois---APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E DEZASSETE. -----

---Três---APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DURANTE O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

---Quatro---APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO A CONTRAIR DURANTE O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

---Cinco---APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL – QUATRO POSTOS DE TRABALHO PARA TÉCNICO SUPERIOR (PRODUÇÃO E ESPETÁCULO) E UM POSTO DE TRABALHO PARA TÉCNICO SUPERIOR (TURISMO). -----

---Seis---APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL – TERCEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

---Sete---APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS. -----

---Oito---APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A VIVER SANTARÉM, DESPORTO, LAZER, EM, SA PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

---Nove---APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO DA LT –

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, NOS TERMOS DO PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO.-----

--- **Dez**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS AO ABRIGO DO NÚMERO SETE, DO ARTIGO SETENTA E UM DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS – REQUERENTE PAULO ALEXANDRE CASQUEIRO FARDILHA.-----

--- **Onze**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO – AMÂNDIO DELGADO – PROCESSO NÚMERO DEZ–DOIS MIL E DEZASSEIS/CINQUENTA E CINCO.-----

--- **Doze**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO – AMÂNDIO DELGADO – PROCESSO NÚMERO DEZ–DOIS MIL E DEZASSEIS/CINQUENTA E QUATRO.-----

--- **Treze**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO – REVILCREME – PROCESSO NÚMERO TRINTA E OITO–DOIS MIL E OITO/DUZENTOS E OITENTA E SETE.-----

--- **Catorze**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

--- António Júlio Pinto Correia (Presidente), Manuel Joaquim Vieira (Primeiro Secretário), Ana Teresa Pereira Pires Martins da Mota Antunes (Segunda Secretária), Abílio Manuel Mota Ribeiro, Armando António Leal Rosa, Beatriz Santos Martins, Cássio José Gonçalves Martins Leitão, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Diogo António Pereira Lourenço Piedade do Carmo, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, José Luís Marques Cabrita, Luís Manuel da Graça Batista, Manuel João Maia Frazão, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Maria Helena Claro Victor Vinagre, Maria Manuel Cardoso Vieira dos Santos, Paulo Tiago Rodrigues dos Santos, Raquel Inês Marques Fernandes, Renato António Vieira Calado Possante Bento, Sandra Isabel de Sousa

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

Barreiro Dinis, Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça e Vítor Manuel de Carvalho Franco. -----

--- **Presidentes de Junta:** -----

---Carlos Manuel Madeira dos Santos (Abitureiras), Rui Manuel Lopes Ferreira (Abrã), Cristina Maria Bento Neves (Alcanede), Pedro Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões), João de Oliveira Neves (Almoster), José Augusto Alves dos Santos (Amiais de Baixo), Paulo Jorge Gaspar Guedes (Arneiro das Milhariças), Joaquim Duarte Aniceto (Gançaria) Marcelo Ferreira Morgado (Moçarria), Luís Emílio Rodrigues Duarte (Pernes), Vanessa Filipa Azinheira Cláudio Duarte (Póvoa da Isenta), Manuel João Heitor Custódio (Vale de Santarém), António João Ferreira Henriques (União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém), Maria Emília Serrão Massena Santos (em representação do Presidente da União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (União de Freguesias de Casével e Vaqueiros), Artur Manuel Glórias Ferreira Colaço (União de Freguesias de Romeira e Várzea), Carlos António Marçal (União de Freguesias da Cidade de Santarém) e Ricardo Luís da Costa (União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira). -----

---Justificaram a sua ausência: Dina Maria Gomes Rocha, João Piedade Joanaz e Teresa Isabel Duarte Fonseca Vargas Rodrigo. -----

---Pediram a sua substituição nos termos da Lei e do Regimento: -----

---Carlos Augusto Pinhão Coutinho, Gonçalo José Zarco Martinho do Rosário, João Miguel Tavares Rodrigues e Ramiro José Jerónimo Matos. -----

--- **Executivo Municipal** -----

---Presenças:-----

---Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Ricardo Jorge Figueiredo Segurado, Susana Cristina Coelho Pita Soares, Otilia Margarida Jacinta Torres, Luís Manuel Sousa Farinha, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes. -----

---Ausências: -----

---António José da Piedade Carmo, Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes e Paula Alexandra Machado de Sousa Canavarro. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, informando que o senhor António José Simões Borba, eleito pela lista do CDS-PP, pediu a renúncia do mandato, passando a ser substituído pela senhora Maria Manuel Cardoso Vieira dos Santos, que já tomou posse em anterior sessão.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou que o Ponto Treze foi retirado da ordem de trabalhos por pedido do Executivo Municipal. -----

--- Seguidamente, colocou à consideração da Assembleia a introdução de um novo assunto relativo ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Santarém na CIMLT Relativo ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, tendo o plenário concordado com trinta e quatro votos a favor um voto contra e zero abstenções, ficando a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

--- **Um**—APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E DEZASSETE.-----

--- **Três**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DURANTE O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

--- **Quatro**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO A CONTRAIR DURANTE O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

--- **Cinco**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL – QUATRO POSTOS DE TRABALHO PARA TÉCNICO SUPERIOR (PRODUÇÃO E ESPETÁCULO) E UM POSTO DE TRABALHO PARA TÉCNICO SUPERIOR (TURISMO).-----

--- **Seis**—APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL – TERCEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

---**Sete**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS. -----

---**Oito**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A VIVER SANTARÉM, DESPORTO, LAZER, EM, SA PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

---**Nove**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO DA LT – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, NOS TERMOS DO PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO. -----

---**Dez**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS AO ABRIGO DO NÚMERO SETE, DO ARTIGO SETENTA E UM DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS – REQUERENTE PAULO ALEXANDRE CASQUEIRO FARDILHA. -----

---**Onze**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO – AMÂNDIO DELGADO – PROCESSO NÚMERO DEZ–DOIS MIL E DEZASSEIS/CINQUENTA E CINCO.-----

---**Doze**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO – AMÂNDIO DELGADO – PROCESSO NÚMERO DEZ–DOIS MIL E DEZASSEIS/CINQUENTA E QUATRO. -----

---**Treze**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM NA CIMLT RELATIVO AO REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. -----

---**Catorze**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA. -----

---De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, submetendo a apreciação e votação a ata número dezoito, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia**, com a intervenção do senhor **Luís**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

**Batista** que se congratulou com a abertura da Loja do Cidadão, declarando que após tanto tempo decorrido, com avanços e recuos, conseguiu-se uma obra que muito dignifica a capital de distrito. -----

--- Referiu que as instalações do Serviço de Finanças estavam em condições deploráveis sendo talvez das piores a nível nacional e neste momento, eventualmente, são as melhores, dignificando com isso Santarém. -----

--- Sublinhou que o senhor Presidente da Câmara, no seu discurso de inauguração, disse que era a loja mais bonita do País e, na sua opinião, conseguiu-se na realidade criar naquele edifício um espaço muito bom. Salientou que a parceria entre a Câmara e a AMA resultou numa obra realmente espetacular.-----

--- A finalizar sugeriu que o senhor Presidente da Câmara faça os possíveis para conseguir que o Instituto de Registos e Notariado tenha também um espaço na Loja do Cidadão porque lhe parece essencial um serviço de apoio a todos os cidadãos do concelho de Santarém naquele local. -----

--- A seguir, o senhor **Vítor Franco** destacou em primeiro lugar as duas votações ocorridas hoje na Assembleia da República. A primeira respeita à alteração do estatuto jurídico dos animais, valorizando esta aprovação que constitui “um passo em frente na defesa dos direitos dos animais” que finalmente deixaram de ser “coisa”. Referiu que este passo em frente deve incentivar a Câmara Municipal de Santarém para a melhoria do canil e do trabalho das pessoas que lá estão, em particular dos voluntários e para a criação e desenvolvimento de um gatil nas instalações municipais.-----

--- Em segundo lugar lamentou o facto de ter sido inviabilizada qualquer possibilidade de evolução na restauração das freguesias, conforme votação realizada na Assembleia da República há momentos. Comentou que, mais uma vez, parece que o PS – Partido Socialista volta aos velhos tempos em que se juntava ao PSD – Partido Social Democrata e ao Centro Democrático Social. -----

--- Manifestou o descontentamento do Bloco de Esquerda para com o apoio fiscal do Governo à Celtejo que é uma das graves poluidoras do Rio Tejo. -----

--- Disse ter saído em novembro o relatório da Comissão de Acompanhamento sobre a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

poluição do rio Tejo onde identifica claramente a Celtejo como uma prevaricadora, uma delinquente ambiental e é absolutamente reprovável que haja um apoio do Governo a uma empresa cujo Grupo teve cerca de cento e dezassete milhões de euros de lucro que, na sua opinião, foi conseguido à custa da concorrência desleal, de descargas sistemáticas de efluentes no rio Tejo pondo em risco espécies piscícolas, a fauna, a flora, a diversidade e a saúde de milhares de pessoas. -----

---Disse terem sido identificados neste relatório vários factos positivos, mas falta a implementação dos caudais ecológicos, a fiscalização da bacia hidrográfica, a identificação de novos problemas e da sua resolução de forma decisiva e a necessidade de um plano anual de ação integrado e de fiscalização para a bacia do Tejo. -----

---Sublinhou que a Câmara Municipal de Santarém tem responsabilidades particulares no que diz respeito a esta matéria porque o Rio Tejo está no concelho de Santarém e há problemas nas margens do rio. -----

---Depois, o senhor **Luís Emílio**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, recordou que a Assembleia Municipal de Santarém na sua sessão de vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze deliberou por unanimidade a constituição de uma comissão de trabalho para elaborar uma proposta consensual de alteração dos limites territoriais das freguesias de Pernes, União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira e União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém. Referiu que após um trabalho inicial no terreno esta Comissão deixou de reunir e de funcionar. Assim face a esta situação a Junta de Freguesia de Pernes vem exortar a assembleia para que seja reativada esta Comissão. Reiterou que caso exista algum desconforto por parte de algum dos envolvidos propõe que as reuniões sejam extensivas aos membros dos respetivos Executivos e das Assembleias de Freguesia. -----

---Disse que, paralelamente a esta situação os correios de Portugal estão a pressionar a Câmara Municipal de Santarém e esta a pressionar as juntas de freguesia dada a existência de arruamentos pertencentes a duas freguesias que não tem toponímia atribuída e também não podem ter números de polícia atribuídos pelo que não obstante o serviço de código postal atribuir os respetivos códigos aos lugares a morada encontra-se incompleta, e quem

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

necessitar de tratar de documentos oficiais fica impossibilitado.-----

--- Disse ficar a aguardar o acolhimento desta nova sugestão para que se resolva esta situação confrangedora para os habitantes do Bairro Novo, Outeiro de Fora e Chã de Baixo.

--- Seguidamente, o senhor **Cássio Leitão** solicitou esclarecimentos ao senhor Presidente de Câmara sobre os procedimentos a decorrer no âmbito dos estabelecimentos comerciais no Jardim da Liberdade, questionando para quando se prevê a sua abertura. -----

--- Aludiu às condições climatéricas salientando as fortes pluviosidades e consequentes inundações em Santarém. Considerou que este fato se deve a falta de limpeza e cuidados na manutenção das sarjetas, valas e valetas. Perguntou o que fez a Câmara ou o que fará no futuro para impedir essas situações com os constrangimentos graves que isso acarreta até por implicar a utilização dos meios de socorro para auxílio nessas situações impedindo-os de aprovar a outras situações. -----

--- Teceu algumas considerações sobre o estacionamento abusivo nas faixas de rodagem impedindo a circulação, destacando que a situação é ainda mais grave porque por norma é junto a serviços essenciais e a escolas. Questionou o senhor Presidente sobre o que tem sido feito para sensibilizar as autoridades competentes-----

--- De seguida, a senhora **Beatriz Martins** referiu que no dia sete de dezembro, em Coimbra o Município de Santarém recebeu a distinção de município familiarmente responsável com a bandeira com palma por ser a sexta vez consecutiva entregue pelo Observatório das Autarquias Familiarmente responsáveis, criado pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas. -----

--- Declarou que o município, entendendo que a família é o núcleo de existência da cidadania, propôs-se à adoção de medidas nos âmbitos do apoio à maternidade e paternidade, apoio às famílias com necessidades especiais, serviços básicos, educação e formação, habitação e urbanismo, transportes, saúde, cultura, desporto, lazer e tempos livres, cooperação, relações institucionais e participação social. -----

--- O Observatório avalia a aplicação e execução destas medidas tendo reconhecido ao Município de Santarém a sua intervenção no seio das políticas familiares com o objetivo de estimular a continuidade destas medidas e inserção de medidas novas e a criação de uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

cultura favorável à família, concluiu.-----

---Depois o senhor **Armando Rosa** recordou a criação de uma Comissão destinada a elaborar o relatório referente a uma petição apresentada em vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezasseis, na sequência do acidente ocorrido na rotunda dos campinos, subscrita por centenas de munícipes. A última reunião desta Comissão decorreu no dia treze de maio e os peticionários continuam a aguardar que haja a continuidade na elaboração do relatório. No seu entender esta situação deve ser rapidamente resolvida devendo a Comissão elaborar o relatório em causa. -----

---Aludiu às obras que estão a decorrer em São Domingos para instalação do novo hipermercado, referindo verificar-se um grande volume obras, de terraplanagens e de movimentação de terras parecendo que não se encontram totalmente asseguradas as medidas de segurança exigidas sobre as entradas e saídas de viaturas pesadas pelo que é preciso ter em atenção essa situação. Acrescentou que as vedações também não são consideradas as mais corretas nem o material dessas vedações será o aconselhável. -----

---Disse constar que as obras de requalificação da rotunda de São Domingos serão suportadas pelo construtor do novo hipermercado. Sugeriu que a Câmara informe os munícipes através de um cartaz do desenho dessa nova rotunda. -----

---A seguir, o senhor **Tiago Preguiça** disse querer dirigir duas questões ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém, relacionadas com o Centro Histórico. A este propósito recordou que no dia trinta e um de março de dois mil e quinze foi apresentado pelo senhor Presidente um plano de revitalização para o Centro Histórico. Referiu que esse plano continha três ou quatro linhas muito gerais e de apoio direto aos munícipes, tinha um site próprio, uma linha de atendimento própria, uma assinatura própria que depois se iria revestir em todas as peças e em todos os movimentos de comunicação que estivessem abrangidos por esse plano de revitalização e tinha um gabinete que funciona no Palácio do Landal em que os munícipes ou as pessoas fora do concelho mas interessadas em investir ou em ter mais informações sobre o centro histórico poderiam aí se deslocar. -----

---Acrescentou que no site da Câmara consta que, no âmbito deste gabinete, foi criado um observatório no Centro histórico que vai acompanhar e monitorizar todos os planos a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

implementar bem como recolher as informações necessárias à sua adaptação e às reais necessidades do Centro Histórico. -----

--- Sublinhou que uma das grandes competências deste observatório é assegurar sistematicamente o registo de indicadores que sejam importantes para o andamento deste plano. Assim, questionou se este observatório produziu algum tipo de conclusões tendo em conta que foi lançado há perto de dois anos, se tem algum tipo de recolha de dados ou se já tem algum caminho que possa indicar e, por outro lado, disse querer saber até que ponto é que a Câmara Municipal está satisfeita com estas linhas de atendimento direto e se efetivamente as pessoas utilizam estas formas de comunicar para este efeito muito específico. -----

--- Questionou também como decorreu o processo da iluminação de natal ou da falta de iluminação de natal. A este propósito disse que este processo tem gerado muitas críticas, designadamente da parte de comerciantes do centro histórico que não estão contentes com a falta de aposta da Câmara Municipal de Santarém numa coisa que era sempre habitual fosse o ambiente económico mais favorável ou menos favorável. -----

--- Disse ter conhecimento de que este assunto já foi à reunião de Câmara mas gostaria que o senhor Presidente de Câmara prestasse alguns esclarecimentos sobre como é que decorreu este mesmo processo. -----

--- Solicitou ainda o ponto de situação em relação às barreiras de Santarém e em que estado se encontra este processo. -----

--- A finalizar congratulou o Executivo Municipal e os colaboradores da Câmara e também o próprio governo pela inauguração da Loja do Cidadão. -----

--- Disse ter sido dos mais críticos face aos sucessivos adiamentos na inauguração daquele espaço mas não pode deixar de se associar a todos os votos de congratulação e também de orgulho por mais este equipamento da nossa terra. -----

--- Depois, o senhor **António João Henriques**, Presidente da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, felicitou a Câmara e todos os que colaboraram para que a concretização da Loja do Cidadão fosse uma realidade. -----

--- Disse acreditar que se trata de Loja do Cidadão mais bonita do País, como ontem foi

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

afirmado, acrescentando que aquele espaço, além do valor histórico tem um significado especial porque há cinquenta anos já pisava aquele espaço, tendo trabalhado naquele edifício durante muitos anos. -----

---Teceu alguns comentários a propósito da construção em São Domingos de mais um hipermercado. -----

---Disse ter tentado saber junto da empresa Águas de Santarém quando é que o saneamento em Azoia de Baixo seria ligado, sem ter obtido respostas. Todavia, recentemente soube que alguns dos fregueses de Azoia de Baixo tinham no recibo da água a indicação de que já podiam ligar o saneamento. Lamentou a ausência de comunicação com a junta de freguesia.

---De seguida a senhora **Maria Manuel dos Santos** questionou igualmente sobre o saneamento que, no ano anterior, se dizia que seria ligado a qualquer momento e passado um ano mantém-se na mesma. -----

---Congratulou-se com a reinauguração do edifício do matadouro municipal, agora como loja do cidadão que passados cento e trinta e seis anos vê como ele estava quando foi inaugurado em mil oitocentos e oitenta. -----

---Lamentou que outros edifícios da cidade não tenham um outro aproveitamento porque alguns são da década anterior outros são de décadas posteriores mas infelizmente vão-se degradando. -----

---Na sua opinião há cem anos a cidade estava muito mais bonita e apesar de não ser uma grande cidade estava decerto melhor acompanhada pelos serviços municipais embora sempre tenham tido grandes dificuldades o que ainda hoje se mantém. Como especialista de história urbana considera que a cidade hoje está mais degradada e menos cuidada do que aquilo que estava na altura. -----

---Depois, o senhor **Rui Ferreira**, Presidente da Junta de Freguesia de Abrã, recordou que no dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis foi encerrado o centro de saúde de Abrã para ser objeto de uma intervenção no sentido de melhorar as instalações. -----

---Salientou o envolvimento do Agrupamento de Centros de Saúde, da Câmara e da junta de freguesia para que aquela obra se concretizasse. -----

---Reabriu no dia vinte e cinco de novembro último com excelentes condições. Agradeceu

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

a todos os que estiveram presentes na inauguração, considerando que a freguesia de Abrã ficou mais rica no que diz respeito à saúde. -----

--- A seguir, o senhor **Marcelo Morgado**, Presidente da Junta de Freguesia da Moçarria, felicitou a Câmara Municipal de Santarém porque está a pagar os duodécimos atempadamente estanho o duodécimo de dezembro já a pagamento o que é muito importante para as juntas porque assim conseguem cumprir os seus compromissos. -----

--- Agradeceu o empenho relativamente ao bunho. Sublinhou que o bunho é uma arte da Moçarria que se tem vindo a perder e a Câmara Municipal de Santarém através da sua equipa multidisciplinar tem feito várias iniciativas para se salvar esta arte. -----

--- Disse integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em representação do conselho municipal, salientando que foi realizado o reforço do pessoal administrativo o que, no seu entender é bastante importante porque um dos técnicos deixou de fazer o trabalho administrativo e assim os processos tem vindo a baixar e o trabalho a correr melhor. -----

--- A propósito da intervenção do presidente de junta Abrã e dos centros de saúde disse considerar também muito importante a medida de alargamento dos horários. Disse ter ficado apreensivo porque hoje já manifestaram de preocupação com o rio tejo, com o centro histórico, com a iluminação de natal mas não viu nenhuma das forças políticas falar sobre o hospital e a comunicação social tem referido a falta de camas, assim como o bastonário da ordem dos médicos tem vindo a criticar a administração do hospital mas nenhum deputado aludiu a estes factos. -----

--- Seguidamente, a senhora **Raquel Fernandes** declarou que, efetivamente, ainda não se tinha ouvido falar sobre o hospital e sobre as declarações que tem sido notícia pela parte negativa, mas não está esquecido principalmente pela bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária que demonstra as mesmas preocupações quanto à capacidade de resposta das novas salas do bloco operatório e da existência ou não de acordos com o centro hospitalar do médio Tejo relativamente não só à área cirúrgica mas também à parte da medicina interna. Manifestou-se surpreendida por notícias gravosas relativamente ao hospital de Santarém com as declarações por parte do bastonário da ordem dos médicos a propósito das orientações da diretora clínica do hospital de Santarém onde chegam mesmo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

- a propor por mais do que uma vez a sua própria demissão. -----
- Salientou que esta semana o hospital foi notícia novamente pela parte negativa dada a falta de capacidade de resposta do serviço de urgência comprometendo novamente o pré-hospitalar de socorro aos doentes. -----
- Segundo o Presidente do Conselho de Administração do Hospital não existe a falta de qualquer tipo de recurso na sua instituição e que se deveu excecionalmente ao grande afluxo de doentes nesta época do ano. -----
- Sublinhou que, de carácter excecional ou não, sabe-se infelizmente de antemão e principalmente por se usufruir desta unidade de saúde que a excecionalidade destas comunicações se tem tornado recorrente em qualquer estação do ano. -----
- A concluir sugeriu a realização de uma nova sessão extraordinária temática no âmbito da saúde porque o nosso hospital é a unidade distrital não só do concelho mas abarca uma série de utentes e a bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária considera fulcral um novo debate relativamente a estas questões. -----
- A seguir, o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia Almoster, manifestou a sua satisfação pelo facto do senhor presidente da Câmara ter cumprido o que prometera tendo já sido efetuada a obra de pavimentação da estrada municipal quinhentos e catorze, no Guxerre que tantas vezes havia pedido para ser corrigida. -----
- Ainda no âmbito deste contrato de conservação de estradas referiu a urgência da intervenção na estrada municipal quinhentos e dezassete, em Vale de Moinhos, lembrando o abaixo-assinado entregue pela população nesta mesma assembleia.-----
- No que diz respeito à recolha de RSU referiu que a situação está melhor.-----
- Chamou a atenção para vários equipamentos danificados e disse ser necessário proceder à lavagem dos mesmos.-----
- Felicitou o senhor Presidente pela apresentação do projeto de requalificação do Largo do Mosteiro de Almoster que é um dos dois equipamentos com classificação nacional que estão fora da cidade. -----
- A finalizar felicitou o senhor Presidente pela inauguração da Loja do Cidadão. -----
- Lembrou a necessidade de cuidar do coreto. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

--- A seguir, a senhor **Maria Alecta Ferreira** começou por se congratular com a abertura da loja do cidadão em Santarém ontem inaugurada com a presença emocionada da Dr.<sup>a</sup> Maria Manuel Leitão Marques, Ministra de Estado da Modernização Administrativa e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e da Modernização, tecendo as seguintes considerações: -----

--- “Todos conhecemos as múltiplas vicissitudes que atravessaram este processo iniciado em dois mil e três com a declaração de interesse público do edifício e deliberação do Executivo Municipal de aí instalar a Loja do Cidadão. Mas o que é certo é que vencidos todos os obstáculos foi possível dotar Santarém de um verdadeiro espaço de cidadania, um serviço exemplar a vários níveis. Em primeiro lugar é a materialização de uma colaboração fundamental para o nosso desenvolvimento entre Poder Central e Poder Local ambos centrados na preocupação dominante de servir com qualidade e eficiência os cidadãos. Nem sempre assim acontece e por essa razão entendo dever assinalar com muito ênfase e satisfação esta ocorrência. Em segundo lugar o belíssimo e inovador espaço resultou da requalificação de um património muito degradado que numa intervenção arrojada e criativa concebida fundamentalmente pelos nossos técnicos permitiu abrigar centralizadamente serviços da maior importância para os munícipes. Numa cidade com património tão rico e em demasiados casos tão degradado esperamos que constitua um exemplo orientador para o futuro.-----

--- Assim no mesmo espaço estão a funcionar diversos departamentos da Câmara Municipal, a repartição de finanças, balcões da Águas de Santarém, da Tagusgás, da Autoridade Tributária, do Instituto Politécnico, da GALP, da ARESP e a partir de dois de janeiro do Instituto da Mobilidade e dos Transportes. Acresce que a Loja do Cidadão dispõe de um Espaço Cidadão que funciona como um balcão único de atendimento digital assistido aos diversos serviços do estado. Por último, relativamente às diversas funcionalidades não posso deixar de referir a existência de um espaço dedicado à cultura e ao artesanato local o que evidencia bem uma atitude esclarecida e inteligente do serviço público preocupado em ser um agente veiculador de valores promotores de uma autêntica qualidade de vida aos cidadãos. Penso pois ser da maior justiça felicitar vivamente todos aqueles que com esforço,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

inteligência e criatividade participaram na criação em Santarém daquela que muitos dizem ser a Loja do Cidadão mais bonita do País.” -----

---Depois, o senhor **Joaquim Neto** reforçou o pedido de informação relacionado com o Projeto de Estabilização das Encostas de Santarém e estrada nacional cento e catorze. ---

---De seguida o senhor **Presidente da Câmara** respondendo às questões colocadas, começou por realçar as várias referências feitas à Loja do Cidadão, sublinhando que ontem houve a oportunidade de verificar todos a qualidade do espaço e, do ponto de vista do serviço público, a melhoria que se vai verificar na cidade com a concentração de serviços. As chamadas lojas do cidadão de segunda geração constituem um projeto do Governo Português que já vai neste momento com quarenta e cinco espaços. -----

---Referiu concordar com estas lojas do cidadão e ser com muita satisfação que verifica que Santarém fica dotado de um espaço excepcional. Tal como o *deputado Luís Batista* referiu, no que concerne ao serviço de finanças passou-se talvez do pior serviço de finanças em termos de instalações para o melhor serviço de finanças. -----

---Salientou estar orgulhoso daquele espaço e esperar que os nossos cidadãos que ainda não visitaram aquele espaço o possam visitar e verificar pessoalmente a qualidade do mesmo. -----

---Disse ter tido oportunidade de referir à senhora Ministra que para Santarém era importante que o Instituto de Registos e Notariado também estivesse naquele espaço. Disse não depender da Câmara, tendo sido desenvolvidas todas as diligências nesse sentido. Disse esperar que no próximo ano de dois mil e dezassete possa ser uma realidade. -----

---considerou que todas as pessoas reconhecem que o canil municipal tem boas condições, não só quem lá trabalha, mas também quem visita este local, nomeadamente os voluntários. Disse não esquecer a parceria com a ASPA e informou que há um projeto intermunicipal para ampliação do canil municipal. Explicou que está a ser elaborado um projeto para ser lançado um concurso para que o canil e gatil municipal seja aumentado e passe a intermunicipal aumentando-se a qualidade do serviço prestado não só a Santarém como aos concelhos vizinhos. -----

---Sobre a questão do Tejo informou que o Município de Santarém muito tem feito neste

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

âmbito e tem sido das vozes mais ativas do concelho, nomeadamente, através da senhora Vereadora do Ambiente e através da EMAS, com projetos que são pioneiros na defesa do ambiente e nomeadamente do Rio Tejo e dos seus afluentes. -----

--- Respondendo ao senhor *Luís Emílio* considerou que deveria ser feito um ponto da situação sobre algumas comissões e que os senhores Presidentes das mesmas possam vir a debruçar-se sobre a temática. -----

--- Em resposta ao senhor *deputado Cássio* sobre a questão das cafetarias no jardim da liberdade disse já ter sido apreciada uma hasta pública e está a terminar a outra hasta para ser presente em reunião do Executivo. -----

--- Disse que se procede regularmente à limpeza das sargetas mas as folhas continuam a cair, sendo difícil conseguir manter a limpeza em causa. -----

--- Referiu que quando há precipitação muito intensa podem haver cheias momentâneas e isso acontece no nosso concelho e acontece em todos porque atualmente, com as alterações climáticas, por vezes a precipitação por metro quadrado é muito superior ao que os sistemas de drenagem conseguem escoar. Referiu que as limpezas são feitas tendo-se verificado duas situações pontuais devido a grande intensidade da chuva. -----

--- Sobre a questão do estacionamento irregular disse já se ter comunicado à Polícia de Segurança Pública no sentido de atuar mais neste âmbito. -----

--- Agradeceu as palavras da *deputada Beatriz Martins* a propósito da distinção de município familiarmente responsável atribuída a Santarém, declarou que todos nos devemos orgulhar relativamente a este facto. Acrescentou que muitas vezes o município de Santarém é galardoado com alguns prémios a que não se dá a devida importância e a questão da família, a família nuclear, a família como a base de tudo, o porto de abrigo é fundamental e Santarém preocupar-se com a família não é mais que a sua obrigação. -----

--- Lembrou que os municípios são trezentos e oito em Portugal, concorreram a esta distinção cento e nove e só cinquenta e oito foram galardoados portanto é motivo de orgulho para todos devendo continuar-se a trabalhar nesse sentido. -----

--- Relativamente às questões levantadas pelo *deputado Armando Rosa* disse que as obras a decorrer em São Domingos estão a ser acompanhadas pelos serviços correspondentes não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

tendo conhecimento de problemas com a segurança. Se houver algum problema deve ser reportado à Autoridade para as Condições de Trabalho.-----

--- Confirmou que a requalificação da rotunda será suportada pela empresa. -----

--- Disse poder disponibilizar a planta ao senhor Deputado relativa à alteração que será feita à rotunda porque essa rotunda, de acordo com os técnicos do trânsito, permitirá escoar muito melhor o tráfego naquela zona. -----

--- Felicitou o *deputado Tiago Preguiça* pela sua recente eleição nos órgãos do Partido Socialista.-----

--- Referiu que o Gabinete do Centro Histórico está a funcionar, bem como o observatório, acrescentando que o senhor Vereador Luís Farinha poderá disponibilizar alguns relatórios para conhecimento.-----

--- Informou que o procedimento relativo à iluminação de Natal decorreu como habitualmente. A Câmara Municipal deliberou atribuir um apoio à Associação de Comerciantes que reúne com os seus sócios e decidem que iluminação de natal e em que moldes é que o fazem. Disse que este ano o apoio concedido foi superior a sete mil euros.

--- Sobre o Projeto Global de Estabilização das Encostas de Santarém (PGEES) disse ter dado conhecimento ao Executivo Municipal de um ofício Tribunal de Contas, sublinhando ter sido o quarto pedido relacionado com o Visto para as obras nas encostas de Santarém. Salientou que o processo agora devolvido está pendente, não de algo que o Município de Santarém possa fazer, mas de que o próprio Tribunal de Contas vise o protocolo que a Câmara Municipal de Santarém celebrou com a Infraestruturas de Portugal.

--- Declarou que o processo concursal está correto, o problema verifica-se com as fontes de financiamento. -----

--- Relativamente às fontes de financiamento recordou que com a renegociação dos juros da dívida conseguiu-se poupar cerca de setecentos mil euros/ano, o que daria para abarcar, se houvesse essa necessidade, este protocolo, embora desenvolvendo novas diligências para se conseguir fonte de financiamento e as Infraestruturas de Portugal teriam que se comprometer novamente, mas é esta a tramitação a que a autarquia tem que se sujeitar. Referiu que esta possibilidade está a ser analisada com os juristas.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

--- Admitiu que havia dito que era espectável que em outubro se iniciassem as obras, no entanto a situação continua pendente, portanto prefere não se comprometer enquanto não existir visto, lembrando que este é um procedimento que já está a decorrer há sensivelmente um ano e não é possível ultrapassar estas fases. -----

--- Disse ainda que espera que este processo seja célere porque já se está em condições de avançar, enviou-se para visto do Tribunal de Contas em setembro, continuando dependente simplesmente deste visto da Infraestruturas de Portugal.-----

--- Respondendo ao *Presidente da Junta – António João Henriques* referiu que para quem trabalhou naquele edifício, passados tantos anos ver a requalificação que foi realizada deve constituir motivo de orgulho efetivamente.-----

--- Referiu que efetivamente são cada vez mais os hipermercados em Santarém, verificando-se, por outro lado, que em alguns concelhos estão a encerrar. Disse que poderão confluir com algumas atividades económicas mas também são importantes porque criam emprego na nossa região. Do ponto de vista do desenvolvimento económico desejou que continue assim porque também noutras áreas há investimentos que dentro de pouco tempo espera que possam ser realidades em Santarém e trazer mais emprego e mais desenvolvimento ao concelho. -----

--- Relativamente à Águas de Santarém e ao saneamento lembrou que já em anterior sessão da Assembleia Municipal tinha dito que não era possível efetuar todas as ligações porque estavam dependentes de uma empreitada da EDP a executar, que concluiu em setembro tendo sido comunicado às juntas de freguesia por e mail. Acrescentou que oportunamente essa questão será abordada em reunião a realizar com as juntas de freguesia. -----

--- A propósito da intervenção da *deputada Maria Manuel* recordou também que há cem anos naquela zona havia o matadouro e pouco mais, era campo fora de vila, não havia nada construído no Sacapeito, não havia São Domingos, a realidade era completamente diferente do que é hoje. Hoje é uma cidade moderna e uma cidade em desenvolvimento e mesmo no centro histórico tem-se verificado uma grande quantidade de recuperações além de haver muitos pedidos no serviço de urbanismo para requalificar imóveis no centro histórico.---

--- Em resposta ao senhor *Presidente da Abrã* que se congratulou com a abertura da

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

extensão do centro de saúde, agradeceu à junta de freguesia, ao Agrupamento de Centros de Saúde e também à população da Abrã que percebeu a dificuldade que foi encerrar durante alguns meses para que se pudesse fazer esta obra mas foi uma obra que foi ao encontro de todos. Referiu que vão ser requalificados outros centros de saúde, esperando que não se encerrem mais extensões de saúde e as que existem, se houver necessidade de serem requalificadas o município de Santarém irá fazê-lo para que as populações possam ficar salvaguardadas nessa matéria. Sublinhou que vinte e três por da população tem mais do que sessenta e cinco anos e portanto precisa desses cuidados primários com muita premência.

---A propósito da intervenção do senhor *Presidente Marcelo* que falou da questão dos duodécimos estarem em dia, disse ser um compromisso que assumiu, sublinhando que nos últimos três anos os duodécimos estiveram sempre em dia. Recordou que quando era Presidente de Junta muitas das suas intervenções eram precisamente a reclamar pelos muitos meses de atraso. Referiu que, infelizmente, foi prática reiterada noutros anos, mas desde que é Presidente é um compromisso que mantém e enquanto estiver à frente da Câmara os duodécimos serão sempre pagos atempadamente. -----

---Sublinhou a presença do bunho no espaço da Loja do Cidadão referindo que a Secretária de Estado ficou entusiasmadíssima porque efetivamente com o bunho fazem-se peças lindas, é uma arte que não se pode perder. Desejou que o mestre Artur dure muitos anos com aquela vivacidade e com aquela capacidade de fazer peças tão lindas e que transmita esse saber, porque do ponto de vista económico é uma atividade que pode começar a trazer empregabilidade pois há procura, as peças demoram a fazer mas são vendáveis e com preços razoáveis. Felicitou o senhor Presidente de Junta pela aposta que está a fazer na dinamização da atividade do bunho na sua freguesia.-----

---Considerou muito preocupante o que o bastonário da Ordem dos Médicos disse sobre a Diretora Clínica e disse não ver inconveniente em que a Assembleia Municipal reúna novamente sobre este tema porque efetivamente algo se passa no nosso hospital distrital de Santarém porque é notícia muitas vezes por más razões, o que nos entristece.-----

---Respondendo ao *Presidente João Neves* disse haver um contrato de conservação corrente das estradas, esperando que sejam concluídas as intervenções com que se

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

comprometeu com as juntas de freguesia para o ano de dois mil e dezasseis/dois mil e dezassete.-----

--- Sobre a recolha de resíduos disse que as coisas melhoraram e vão melhorar ainda mais, referindo que há uma empresa que atualmente recolhe os resíduos urbanos em nove freguesias do concelho e faz também limpeza e substituição de contentores.-----

--- Referiu que brevemente se irá receber contentores para substituir os que estão degradados e também reiniciar a lavagem.-----

--- Referiu que o projeto de requalificação do Largo de Almoester tem o apoio de fundos comunitários. Salientou a iniciativa realizada pelo Centro de Investigação Professor Veríssimo Serrão, em Almoester, no Convento, onde estiveram mais de trezentas pessoas e os historiadores falaram sobre a história daquele monumento, deram a conhecer a importância de uma das obras gótico muito importante, não só com relevo nacional como com relevo internacional. É uma obra que quem estuda aqueles estilos reconhece como obra de relevo. O Município irá fazer essa obra e será muito significativa para todo o concelho, afirmou.-----

--- Disse também ser importante cuidar do Coreto.-----

--- Referiu que a Dra. Alecta falou também na Loja do Cidadão e realmente todos puderam verificar a qualidade do projeto e como o espaço cultural dignifica aquele edifício, sendo das primeiras lojas do cidadão a ter um espaço daquela índole.-----

--- Disse ter lançado um repto à senhora Ministra para a criação de mais seis espaços do cidadão no concelho, nomeadamente na freguesia de Alcanede, União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, União de Freguesias de Romeira e Várzea, Pernes, Vale de Santarém e União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês. Desejou que estes espaços em dois mil e dezassete possam estar a abrir também. A senhora Ministra disse que não iria romper o que estava assinado com o anterior governo e que achava que aquele espaço era importante, sendo plausível que em dois mil e dezassete se tenham outros espaços a funcionar nas juntas de freguesia.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Santarém** a propósito da citada Comissão relativa aos limites das freguesias de Pernes, UF São Vicente do Paúl e Vale de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

Figueira e UF Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, disse não haver nenhuma comissão constituída. Disse ter havido uma decisão no sentido de que, na sua qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, intermediasse os Presidentes das juntas em causa. -

---Disse terem-se realizado reuniões tendo-se chegado a um consenso entre a UF São Vicente do Paúl e Vale de Figueira e a Junta de Pernes mas entre a Junta de Pernes e UF de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém Póvoa não se conseguiu chegar a consenso.

---Assim, o que ficou decidido na altura foi que, uma vez que as duas juntas de freguesia eram eleitas pela mesma força política, neste caso o PS – Partido Socialista, se iria tentar perceber se seria possível chegar a alguma intermediação e ficou a aguardar essa intermediação, não tendo conhecimento do que se passou entretanto.-----

---Disse estar disponível para voltar a reunir e tentar chegar mais à frente desde que haja entendimento e que seja possível. Disse estar a aguardar da parte dos Presidentes de Junta algum sinal para saber se vale a pena encetar esforços conjuntos. -----

---Depois o senhor **Ricardo Costa**, Presidente da União de Freguesias de S. Vicente do Paúl e Vale Figueira) – Confirmou ter chegado a acordo com a Junta de Pernes mas da parte da UF de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém não foi possível o entendimento. Nesta altura, com o pouco espaço que existe até às próximas eleições pensa que se perdeu uma oportunidade e com certeza terá que ficar para o futuro a resolução deste assunto. --

---Esgotado o Período de Antes da Ordem o Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – APRECIACÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.**-----

---O senhor **José Luís Cabrita** considerou escassa ou mesmo ausente a informação constante no relatório apresentado pelo senhor Presidente da Câmara, particularmente no que respeita aos assuntos tratados nas reuniões que realiza e, quando tal se justifique, sobre os resultados dessas reuniões. -----

---A este propósito solicitou esclarecimentos sobre o objetivo e o resultado da reunião sobre o Observatório Gastronómico. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

--- No que se refere à reunião havida sobre o canil intermunicipal, questionou se vai ser ou não construído um canil intermunicipal e se for o caso se já há projeto para a sua localização.-----

--- Questionou sobre os assuntos abordados na reunião com a Inspeção Geral de Finanças e os seus resultados, assim como os assuntos tratados na reunião sobre o serviço público de passageiros. -----

--- Disse ter consultado um processo onde consta um extrato de ata da reunião realizada em vinte de outubro de dois mil e oito, onde uma determinada entidade solicita um conjunto de alterações e os pedidos formulados segundo este extrato de ata foram todos deferidos, mas a verdade é que consultada a ata da reunião de vinte de outubro de dois mil e oito não se encontra o assunto em causa. Assim, solicitou esclarecimentos sobre os extratos de deliberações da Câmara. -----

--- A finalizar congratulou-se com a abertura da loja do Cidadão esperando que depois de todos os contratemplos surgidos e do acréscimo de custos que seguramente se registou naquela obra, ela sirva realmente os cidadãos do Concelho e não só. -----

--- De seguida, o senhor **Armando Rosa** aludiu a reuniões realizadas recentemente sobre o “projetado museu de abril e da liberdade”, comentando que ainda não está bem definido se será um museu mas que, na sua opinião, é uma situação que tem que ser analisada porque segundo apurou o senhor Vereador Luís Farinha numa das últimas reuniões dessa Comissão informou ser intenção da Câmara dar ao senhor arquiteto Siza Vieira o ajuste direto do projeto de arquitetura para esse museu. Acrescentou ainda que segundo apurou também, o senhor arquiteto Siza Vieira veio ou virá até ao final do ano fazer uma visita ao local. ---

--- Prosseguiu referindo que “parece ao Mais Santarém e a mais entidades que gostam e aprovam a ideia do museu ou deste equipamento que terá uma importância a nível nacional, que se é este o caminho que a Câmara pretende seguir não possui as regras elementares de democraticidade exigíveis para um museu que representa os valores de Abril. Um projeto de um museu desta envergadura deverá ter uma expressão da boa despesa pública e para tal deverá obedecer a um procedimento de concurso público de conceção com a constituição de júri independente e qualificado. Este é o procedimento adequado e transparente para a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

adjudicação de uma obra desta natureza na defesa do bem comum.”-----

--- Afirmou que a Câmara pretende entregar o projeto de um museu nacional que representa os valores da democracia, que ascende a centenas de milhar ou mesmo de milhões de euros a um arquiteto isolado. Disse não estar em causa o seu curriculum e prestígio e o conjunto de técnicos de especialidade por ele escolhidos mas, na sua opinião, vai logo de início contra todos os princípios de transparência e de boas práticas concursais a que deve estar obrigada uma autarquia. -----

--- Concluiu declarando que o Mais Santarém manifesta desde já a sua determinante oposição se a atuação da Câmara for aquela que julgam estar em cima da mesa.-----

--- A seguir o senhor **Vítor Franco** solicitou esclarecimentos à Câmara Municipal sobre São Domingos, começando por referir que aquela zona tem um problema estrutural de desordenamento do território para o qual há culpas várias, desde o PS – Partido Socialista ao PSD – Partido Social Democrata e tem também um problema muito concreto de acessibilidades, em particular na rotunda que é neste momento o único local de saída. ---

--- Disse haver no orçamento uma verba de quinze mil euros para o prolongamento da Avenida Nossa Senhora de Fátima pelo que questionou se tal significa a ligação à Estrada Nacional três e o seu alcatroamento nas devidas condições. -----

--- Alertou para a velocidade com que as viaturas circulam do lado do hipermercado, bem como à frequência de acidentes e de alguns atropelamentos na passadeira. Salientou também as dificuldades das pessoas com mobilidade reduzida na transposição do passeio. Referiu-se ainda a problemas de iluminação do jardim e de iluminação pública junto ao centro de saúde.-----

--- Recordou que o hipermercado de São Domingos foi aprovado por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de Santarém de dezoito de maio de dois mil e quinze e, no dia oito de junho de dois mil e quinze, a então deputada municipal do Bloco de Esquerda Fabíola Cardoso enviou um requerimento à Câmara manifestando preocupação com essa aprovação e as suas consequências designadamente o problema do tráfego e essas preocupações mantêm-se. -----

--- Disse que a Câmara Municipal demora muito tempo a responder aos requerimentos e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

referiu que os vídeos das reuniões de Câmara apenas estão disponíveis até à reunião de treze de junho o que limita as forças da oposição que não estão representadas no Executivo por não terem acesso a informação e sobretudo assistir ao debate político. -----

--- Recordou que há dois anos foi aprovada a proposta do Bloco de Esquerda de criação do medidor cigano para facilitar a linguagem e continua-se sem ter nada de sustentável para ajudar o diálogo entre as comunidades e a resolução de problemas. -----

--- Recordou também que na ata hoje aprovada existe uma recomendação do Bloco de Esquerda que teve o contributo de vários Partidos, que tinha como objetivo protestar pela não inclusão de verbas para as barreiras de Santarém no orçamento de Estado dois mil e quinze e em determinada altura essa moção reivindicava que o Governo de então classificasse como prioritária a deslocalização da linha do norte entre o Vale de Santarém e Vale de Figueira conforme projeto já elaborado pela REFER definindo igualmente os mecanismos financeiros para essa obra. -----

--- Disse que recentemente leu na comunicação social que o senhor Presidente da Câmara pré-estabeleceu um acordo entre o município e a Infraestruturas de Portugal para passagens na linha férrea. À partida parece-lhe positivo que sejam corrigidas situações que são um perigo para as pessoas mas no seu entender continua válida a prioridade da mudança da linha férrea para norte do local onde está e o cumprimento das responsabilidades do Governo e da REFER agora Infraestruturas de Portugal, quanto à mudança da linha de comboio. -----

--- Referiu que na ata hoje aprovada também consta uma recomendação do Bloco de Esquerda à Infraestruturas de Portugal para a instalação de equipamentos de redução de ruído na Rua O, mas até ao momento desconhece qualquer intervenção da Infraestruturas de Portugal nesse sentido. A este propósito disse que a informação de que dispõe é de que não haverá tão depressa essa intervenção pelo que perguntou ao senhor Presidente da Câmara se na reunião que manteve com o Diretor da Infraestruturas de Portugal este assunto foi abordado. -----

--- Retomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita**, na sequência da intervenção do senhor Deputado Vítor Franco, esclarecendo que o alvará de licenciamento daquele loteamento foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 21/2013-2017**  
**Sessão de 22 de dezembro de 2016**

emitido em três de novembro de dois mil e seis e foi alterado segundo consta num extrato da ata, não na ata, da Câmara em vinte de outubro de dois mil e oito. Referiu que o licenciamento das unidades comerciais de dimensão relevante não é da competência da Câmara Municipal é da competência do Ministério da Economia. Às Câmaras municipais apenas compete a emissão de parecer e nem sequer é vinculativo. As Câmaras têm como competência única e exclusiva a aprovação das questões urbanísticas não podendo de qualquer forma impedir a construção daquilo que está licenciado pelo Ministério da Economia. Assim, a deliberação de maio do ano passado não tinha outro objetivo que não fosse a alteração de alguns aspetos da urbanização onde estava incluído a diminuição da área destinada a atividade comercial e a alteração da propriedade do loteamento suponho que por falência dos anteriores proprietários e foi por este facto fundamentalmente que a CDU – Coligação Democrática Unitária votou favoravelmente. -----

---Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se houve alguma alteração na composição do Executivo Municipal porque leu uma notícia onde era referido que o CDS também votou favoravelmente.-----

---Seguidamente o senhor **Pedro Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, referiu que recentemente o senhor Presidente da Câmara visitou a freguesia de Alcanhões e manteve uma reunião onde foram abordados vários assuntos, mas não é mencionada na informação. Disse não saber se houve esquecimento de integrar na informação mas espera que as solicitações que fez nessa visita/reunião não sejam esquecidas. -----

---Verificou que se realizou uma reunião com a Infraestruturas de Portugal e gostaria de saber que assuntos foram abordados nessa reunião porque, estranhamente constata que desapareceu do orçamento uma rubrica que estava inscrita desde dois mil e treze para a variante entre a senhora da saúde e as Assacaias. Referiu que esta rubrica tinha uma verba de trinta mil euros inscrita e neste momento a rubrica não se encontra no orçamento da Câmara, por isso gostaria de saber se houve algum desenvolvimento e a Infraestruturas de Portugal assumirá a obra na sua totalidade ou se há algum equívoco no orçamento.-----

---**Cássio Leitão** – Referiu que recentemente veio a público, veiculado na comunicação

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

social, que foi proferida acusação contra um ex-diretor do departamento de urbanismo da Câmara Municipal. Recordou que, na altura, foram tornadas públicas buscas efetuadas e o então Vereador com o pelouro garantiu que não se tratava de processos relacionados com a Câmara Municipal de Santarém assim como o próprio Executivo respondeu nesses termos. Sublinhou que, entretanto, uma nota do Departamento de Investigação e Ação Penal dá conta de ter sido proferida acusação e refere que estão em causa factos praticados no âmbito das funções desenvolvidas no departamento de planeamento e gestão urbanística da Câmara Municipal de Santarém entre os anos de dois mil e nove e dois mil e dez e relativos a processos de licenciamento de obras particulares aí pendentes. Face a isto perguntou porque é que a Câmara afirmou o contrário do que agora vem a público e, por outro lado, se a Câmara de algum modo se salvaguardou relativamente a todo este processo, se o acompanha e se nele tem intervenção. -----

--- Disse continuar sem identificar qualquer referência à existência de processo ou de queixa movida contra a Abispark e afins. Disse colocar a questão porque o senhor Presidente da Câmara há algum tempo afirmou categoricamente que a Câmara tinha detetado inúmeras irregularidades e que tudo isto iria desembocar em participações. -----

--- Referiu-se a ações judiciais em curso respeitantes a refeições escolares a rendas dizendo ser matéria sensível não querendo imiscuir-se na decisão da Câmara de acionar ou não acionar, preocupando-o se a Câmara teve a sensibilidade de tratar previamente os assuntos até porque se está a falar de serviços essenciais. Acrescentou ter dificuldade em compreender como é que em dois mil e dezasseis se avança com processos de rendas de mil novecentos e noventa e nove ou com refeições escolares de dois mil e seis, porque, certamente, nalguns casos os inquilinos já não serão os mesmos e no caso das refeições escolares os alunos entretanto atingiram a maioria. -----

--- Depois, o senhor **Joaquim Neto** recordou que em assembleias anteriores foram abordados problemas e necessidades de intervenções em escolas, designadamente em Almoester e no Vale de Santarém, solicitando o ponto de situação, designadamente quando se prevê o seu início. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu a propósito da intervenção do deputado

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

*José Luís Cabrita* sobre a escassez de informação, que a informação escrita que vem atualmente à sessão da Assembleia Municipal é muito mais consubstanciada e mais rica do que foi durante muito tempo. Disse que se houver alguma dúvida os senhores deputados poderão colocar as questões que entenderem. -----

---Informou que o Observatório da Gastronomia é um projeto que está no PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Disse que tem mantido reuniões, acompanhado pelo senhor Vereador Luís Farinha, na perspetiva de se fazer o lançamento de um concurso para que o observatório possa vir a funcionar na Escola Prática de Cavalaria. Disse estarem a trabalhar nesse observatório e em breve o dará a conhecer ao Executivo para depois se avançar com o processo.-----

---Sobre a questão do canil intermunicipal referiu que o projeto está a ser feito pela CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. -----

---No que concerne à Inspeção Geral de Finanças destacou que todos os municípios que foram apoiados pelo PAEL - Programa de Apoio à Economia Local têm uma inspeção daquela Inspeção. Referiu que a do Município de Santarém já decorreu e quando dispuser do relatório o mesmo será presente na reunião do Executivo e na sessão da Assembleia para ser analisado e discutido.-----

---No que se refere à reunião sobre o serviço público de passageiros, disse realizar-se periodicamente, com a participação de vários municípios sendo abordadas várias matérias, designadamente, Hospital, Rodoviária, serviços de transportes, trabalhadores dos municípios. -----

---Sobre a ata disse que terá que verificar o que se passa junto dos respetivos serviços.--

---Em relação à loja do cidadão disse que na última reunião do Executivo foi aprovado um acordo extra judicial que considera muito vantajoso para o município, terminando com a ação judicial-----

---Relativamente ao Museu lamentou que se ponha em causa a questão do arquiteto com o relevo mundial que o arquiteto Siza Vieira tem e que constituiria um gosto que ele pudesse aceitar esse projeto e depois é o desconhecimento total sobre como é que se tramitam as matérias de direito administrativo e dos concursos públicos. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

--- Lamentou que o senhor deputado Armando Rosa não saiba que a lei permite que em determinadas circunstâncias se possa adotar este procedimento, designadamente quando a pessoa tem este relevo. -----

--- Disse que esta questão já havia sido levantada por outras pessoas do Mais Santarém lamentando que essas pessoas não tenham esse relevo internacional e pudessem ser elas os arquitetos do projeto, mas infelizmente não há pessoas com esse relevo internacional em Santarém. Embora em Santarém haja muito bons arquitetos, não há mas com esta visibilidade e categoria e este facto acrescentaria valor ao Museu e seria importante para a cidade. -----

--- Santarém não é só gótico, Santarém não é só modernismo também terá que ser pós-modernismo, e se se conseguisse seria muito importante para a cidade, pelo que lamentou a falta de visão mais um vez demonstrada nesta assembleia. -----

--- Disse esperar que com a requalificação da rotunda em São Domingos as questões de tráfego melhorem. Referiu que o projeto elaborado pelos serviços, com a ajuda de uma entidade externa, era um projeto que já estava há alguns anos no departamento de obras, tratando-se de um estudo que apresenta vantagens, que tem a certeza que irão funcionar.

--- Relativamente à questão do hipermercado e à construção e aprovação disse serem questões urbanísticas a que o senhor deputado José Luís Cabrita já respondeu. -----

--- Lamentou a forma como se colocam questões ficando convencido que se fez uma grande intervenção quando se dizem coisas que não são acertadas. -----

--- Relativamente aos vídeos em atraso disse que teria que se informar junto dos serviços, sublinhando, todavia, que todas as reuniões do Executivo são públicas, além de se proceder à respetiva gravação áudio e vídeo, não havendo assim tantos municípios que disponham de todas estas facilidades. -----

--- Sobre a questão do mediador cigano disse ser necessário financiamento, esperando poder vir a cumprir essa recomendação. -----

--- Sobre a recomendação da deslocalização da linha do norte disse ter participado recentemente numa reunião com outros presidentes de Câmara, no Alentejo, onde confrontou o senhor Ministro Pedro Marques com a questão da deslocação da linha do

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 21/2013-2017**  
**Sessão de 22 de dezembro de 2016**

norte, salientando ser importantíssimo para a região que tal acontecesse tendo o senhor Ministro argumentado que eram necessários muitos milhões de euros, mas não se irá desistir desta exigência. -----

---Declarou que enquanto essa realidade não existir não se pode deixar de tratar e cuidar do que se tem e recentemente verificaram-se acidentes graves na linha do norte. -----

---Referiu não ter dito que havia um acordo com a Infraestruturas de Portugal para as passagens de nível, a Infraestruturas de Portugal deslocou-se a Santarém para uma reunião e foram visitar as várias passagens de nível e nessa visita o que ficou acordado é que iriam enviar uma proposta de protocolo para se discutir em reunião do Executivo o que fazer sobre determinadas matérias. Por isso aguarda a remessa desse acordo. -----

---Lembrou que na revisão do PDM - Plano Diretor Municipal está plasmado o desvio da linha do Norte e a Infraestruturas Portugal também se há-de pronunciar sobre a revisão esperando que nessa altura possa dar o seu aval a esta proposta. -----

---Respondendo ao senhor Presidente de Alcanhões referiu que habitualmente descreve os pontos essenciais abordados nas reuniões que mantém. Acrescentou que os pedidos não são esquecidos, muitas vezes não há é capacidade de os concretizar, nomeadamente aqueles que fazem sentido e são uma necessidade premente das populações. Referiu que possivelmente não consta da informação porque o documento poderá ter sido feito e fechado antes da visita, mas também pode ter sido alguma falha.-----

---Referiu que o que foi falado é que a Infraestruturas de Portugal durante o ano de dois mil e dezassete iria fazer o projeto da variante entre a Senhora da Saúde e as Assacaias, a obra seria lançada em dois mil e dezoito e nessa altura o Município de Santarém teria que assumir cinquenta por cento e a Infraestruturas de Portugal os outros cinquenta por cento. Disse que o município de Santarém terá que pagar a fiscalização da empreitada porque a Infraestruturas de Portugal faz o projeto. -----

---Relativamente à questão colocada pelo deputado Cássio sobre o ex-diretor do urbanismo disse que, na sua opinião, se levaram processos da Câmara Municipal de Santarém foi porque tinha a ver alguma coisa com a Câmara, o que se veio a verificar.-----

---Sobre a questão das queixas, disse serem vários os processos, havendo matérias que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

estão a ser analisadas pelos serviços jurídicos.-----

--- Sobre as refeições escolares e transportes escolares disse ter trocado impressões com a Vereadora Susana Pita Soares. Explicou que não avançaram muitos processos mas os que avançaram foi só depois de se verificar se os envolvidos teriam condições de pagar. ----

--- Respondendo ao deputado Joaquim Neto informou que hoje assinou a adjudicação da requalificação da escola de Almoester e as requalificações da Escola do Vale de Santarém e da Portela serão lançadas, espera, no mês de janeiro. Disse que os projetos ficaram concluídos no mês de dezembro, sendo necessário fazer uma pequena alteração ao orçamento no início do ano, porque os montantes são um pouco superiores ao que se tinha previsto inicialmente, e depois serão lançadas as empreitadas.-----

--- Retomou a palavra o senhor **Armando Rosa** que lamentou a forma como o senhor Presidente da Câmara se dirigiu ao Mais Santarém relativamente à questão formulada sobre o Museu.-----

--- Relativamente ao Museu disse que efetivamente não ser ilegal a opção mas, no seu entender, não é a melhor prática entregar um projeto a uma pessoa por muito qualificada que seja sem ver outras situações. -----

--- Afirmou que a verba que está alocada ao museu, que são setecentos mil euros isso, não é suficiente para pagar os honorários do senhor arquiteto Siza Vieira, podendo confirmar-se esse facto relativamente ao Museu no Seixal. -----

--- Depois o senhor **Vítor Franco** insistiu no sentido de lhe serem dadas as respostas às perguntas colocadas sobre São Domingos, designadamente sobre o problema da mobilidade das pessoas que andam em cadeira de rodas, a questão da velocidade das viaturas e que medidas podem ser tomadas, o problema da saída para o lado da Carreira de tiro para a estrada nacional três, a questão da iluminação pública em geral e muito em particular no jardim junto ao centro de saúde. Insistiu também na resposta à questão da Rua O. -----

--- De seguida o senhor **Pedro Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, relativamente às passagens de nível disse saber que a zona de intervenção não é da freguesia de Alcanhões mas fez um apelo no sentido de na próxima reunião e nos acompanhamentos que houver à elaboração deste projeto ser convidado porque embora a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

intervenção não seja na área de jurisdição da freguesia de Alcanhões, serve a população de Alcanhões, serve a população a norte de Santarém. -----

---A seguir a senhora **Sandra Barreira Diniz** disse querer saber qual foi o critério que levou a que as obras comecem em Almoster em detrimento do Vale de Santarém. -----

---Por último, o senhor **Presidente da Câmara** clarificou em relação ao senhor Armando Rosa, que não teve intenção de ofender ninguém, sublinhando o que disse foi que havia ignorância sobre a matéria. -----

---Respondendo ao senhor deputado Vítor Franco, disse haver algum problema com a iluminação pública no jardim mas tem sido feita a substituição das lâmpadas. -----

---Relativamente à colocação de defletores de som na Rua O, disse que tem feito reiteradamente esse pedido à Infraestruturas Portugal. -----

---Sobre as questões da mobilidade, disse ter mantido uma reunião na União de Freguesias da Cidade, com os técnicos da Câmara e com algumas pessoas que utilizam cadeiras de rodas para fazer o levantamento de problemas e posteriormente fazer algumas correções em zonas que foram indicadas e outras que os técnicos identificaram como importantes de fazer. -----

---Relativamente à questão colocada pela *deputada Sandra Diniz* disse que o critério teve a ver com a conclusão dos projetos e o primeiro a ficar concluído foi o de Almoster. -----

---Sobre a questão das passagens de nível disse ter todo o gosto em que o Presidente de Junta de Freguesia de Alcanhões participe na próxima reunião que se realizar. -----

---Após alguma troca de impressões foi dada por concluída a apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara e da situação financeira do Município de Santarém, que não carece de votação. -----

---**PONTO DOIS – PROPOSTA DE ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E DEZASSETE.** -----

---Pela Câmara foi presente a Proposta número cinquenta/dois mil e dezasseis:-----

---“Dando sequência à deliberação camarária tomada em trinta e um de outubro de dois mil e dezasseis, cabe-me propor à Exma. nos termos da alínea a) do número um do artigo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro, Assembleia a aprovação do **Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e dezassete**, que se anexa, acompanhado da respetiva apreciação técnica da Direção Geral das Autarquia Locais, em cumprimento da alínea b), do número um, do artigo dez, da Lei número quarenta e três/dois mil e doze, de vinte e oito de agosto”.

--- O senhor **José Luís Cabrita** começou por afirmar que sendo este o último orçamento deste mandato não pode deixar de fazer um balanço destes últimos quatro anos. -----

--- Considerou que os documentos apresentados evidenciam a incapacidade deste executivo municipal de fazer reformas, reorganizar serviços, investir nas freguesias, manter a cidade e o concelho limpo e não colocar em risco a saúde pública. A verdade é que decorridos quase quatro anos da tomada de posse do atual executivo a maioria do PSD foi incapaz de combater a estagnação e até mesmo a degradação que tem assolado o concelho. -----

--- Independentemente da crise que afetou o Mundo, a Europa, especial dureza Portugal e que, naturalmente, se refletiu em Santarém, no seu entender, ainda com maior dureza para Santarém porque com a chegada do Partido Social Democrata ao município conduziu-nos para níveis de endividamento inoportáveis como refere o Anexo I aos documentos previsionais (página oitenta e quatro) que reflete as dotações iniciais e finais dos orçamentos desde mil novecentos e noventa e nove até ao presente. Em dois mil e nove a dotação inicial do orçamento foi de noventa e nove mil setecentos e noventa e quatro milhões de euros e a final de cento e trinta e dois mil e vinte e cinco milhões. -----

--- Salientou que contrariamente ao propalado pelo senhor Presidente da Câmara na apresentação dos documentos, ainda não chegámos ao momento de viragem e muito menos de uma grande viragem numa trajetória de consolidação e crescimento. A política despesista implementada pelo Partido Social Democrata, sem contrapartida no investimento, mas acima de tudo sem que se tenha refletido no bem-estar das populações do concelho de Santarém, conduziram a um nível de endividamento tão elevado cujos reflexos se farão sentir nas finanças do Município e na vida dos cidadãos e das empresas do concelho de Santarém, durante mais vinte anos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 21/2013-2017**  
**Sessão de 22 de dezembro de 2016**

--- Os tempos no País não têm sido fáceis, mas no concelho de Santarém eles continuarão a ser difíceis por muitos mais anos se, entretanto, não se verificar uma alteração radical das políticas implementadas. A proposta de orçamento e de grandes opções do plano evidencia que o Partido Social Democrata não é capaz, mais uma vez, de o fazer. -----

--- Realçou que as oportunidades, ainda que minúscula, de investimento limita-se à apresentação de projetos, alguns discutíveis, cujo objetivo é fazer notícia. Repetem-se projetos antigos, em novos planos como foi o caso do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), considerando urgentes as obras no Mercado Municipal, no Alporão ou até mesmo no Largo do Seminário. Mas o concelho não é apenas Santarém.

--- Felicitou o executivo municipal e em particular o senhor Presidente por ter negociado a redução dos juros da dívida aos Bancos e com ele o serviço da dívida. Contudo, não se pode esquecer que o serviço da dívida ainda representa vinte e dois vírgula dois por cento. Registou nos anos anteriores o desinchar do orçamento municipal artificialmente engordado ao longo de muitos mandatos. Contudo, no ano de dois mil e dezasseis a redução dos valores globais do orçamento já não se verificou, tendo o mesmo estabilizado aos níveis do orçamento de dois mil e quinze. Este ano verifica-se a uma ligeira subida de cerca de dois milhões. Sinais de fumo eleitorais? -----

--- A proposta em apreço, mas especialmente as grandes Opções do Plano, evidenciam com exceção dos investimentos a realizar com o recurso aos Fundos Comunitários e a reboque de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), um plano sem estratégia sustentável e focado na sede do concelho, mesmo assim escasso, as receitas municipais continuarão a ser canalizadas para o pagamento da dívida. Mesmo alguns projetos anunciados para terem o seu início em dois mil e dezasseis como por exemplo o Núcleo Escolar de Almoester aparece nas Grandes Opções do Plano como “ação não iniciada”. Outros continuam a arrastar-se e a marcar passo, ano após ano, orçamento após orçamento, sempre com verbas redondinhas, invariavelmente de cinco mil euros, como acontece, por exemplo, na Freguesia de Pernes com o Pavilhão da Escola do Ensino básico dos segundo e terceiro ciclos, o edifício do Mouchão Parque ou o muro junto à estrada nacional que ruiu em dois mil e catorze. Algumas receitas apresentadas oferecem-lhes

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

dúvidas, nomeadamente as resultantes do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com um crescimento de sete vírgula trinta e quatro por cento, questionando se a Câmara Municipal de Santarém está a contar com alguma reavaliação extraordinária já solicitada do património sujeito a Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)?-----

--- Destacou não vislumbrar que o orçamento e as grandes opções do plano para dois mil e dezasseis traduzam um aumento significativo ou substancial do apoio efetivo ao trabalho desenvolvido pelo movimento associativo, cultural, desportivo e juvenil, assim como o aumento do apoio financeiro anual às Juntas de Freguesia acompanhe, essa sim, em seu entender uma real transferência de competências. Sublinhou que orçamento apenas reflete o pagamento de obras já realizadas, algumas iniciadas em dois mil e três e dois mil e quatro.

--- Disse não conseguir entender a justificação dada para o “aumento significativo de cento e nove por cento face a dois mil e dezasseis” resultante de taxas, multas e outras penalidades, tendo presente que ao longo do mandato temos vindo a anular muitas das dívidas resultantes destas por prescrição destas por não serem devidas. -----

--- Felicitou o senhor Presidente da Câmara Municipal por ter conseguido, quase em final de mandato, ter conseguido apresentado as contas das verbas necessárias para cobrir os custos com educação os quais rondam os dois milhões. Sublinhou ser mais um buraco financeiro que Santarém tem a agradecer ao Partido Social Democrata por ter negociado uma transferência de competências tão ruínoza para o Município e que não acrescentou nada de significativo, na melhoria das condições de educação no Concelho de Santarém.

--- Prosseguiu, o documento apresentado refere que: “Neste capítulo, justifica-se, igualmente, a necessidade de efetuar referência às transferências da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e Instituto de Gestão Financeira da Educação, IP (IGEFE, IP), no âmbito dos protocolos na área da educação pré-escolar, refeições escolares, transportes escolares, atividades de apoio à família, auxiliares de ação educativa, atividades extracurriculares, que representam cerca de dezoito por cento das transferências correntes.”, pelo que importa perguntar se o Ministério da Educação vai aumentar as transferências de forma a cobrir os custos suportados pelo Município, assim como quais os bens vão ser vendidos e que serviços correntes vão ser prestados para se prever um aumento de cinco

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

por cento face ao ano anterior.-----

---Continua a entender que em relação ao Projeto Global de Estabilização das Encostas de Santarém o Município assumiu responsabilidades que não deviam ser suas, suportando todos os riscos, como exclusivo dono da obra, de uma obra altamente complexa do ponto de vista técnico e de engenharia e que merecia, clamava por outro nível de comprometimento e envolvimento por parte da Administração Central que não apenas financeiro. O Partido Social Democrata contenta-se com pouco. Não vai à luta, não tem ambição. Mas Santarém e as suas populações querem mais e melhor. O povo quer a tal viragem a sério, que o Partido Social Democrata promete, mas não consegue cumprir.---

---A Coligação Democrática Unitária não pode sancionar este orçamento para dois mil e dezassete. A vida é mais do que a dívida, gerir bem não é só pagar dívida que Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e Plano de Saneamento Financeiro nos obrigam e ao qual Santarém está amarrado. Governar bem a Câmara Municipal de Santarém é muito mais do que um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). A Coligação Democrática Unitária é sensível ao argumento do sonho, acreditamos na utopia da cidade do Sol, da construção de um mundo melhor cada vez mais justo, solidário, com igualdade de direitos, deveres e oportunidades, com respeito pelas diferenças e minorias, em que não seja o dinheiro, ou a ganância, ou a tirania e a corrupção a exercer o seu magistério. Por isso, a CDU defende uma melhor gestão para o concelho de Santarém para que seja um dos melhores do País, mas não consegue vislumbrar nos documentos apresentados pelo executivo a capacidade para operar essas transformações e a proposta de orçamento e grandes opções do plano são a prova da incapacidade do PSD cuidar de Santarém. -----

---A seguir o senhor **Armando Rosa** começou por informar que a sua intervenção constitui declaração de voto, referindo que o Orçamento apresentado para dois mil e dezassete é mais uma oportunidade perdida, senão para colmatar e resolver muitos dos problemas e necessidades do concelho, pelo menos para dar alguma esperança aos munícipes de que, com as verbas disponíveis, estas pudessem ser aplicadas em investimentos capazes de gerar alguma melhoria, a curto e médio prazo, no desenvolvimento da cidade e do concelho. --

---Apraz-lhe registar nas contas deste Orçamento a redução da dívida e de cerca de dois

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

milhões de euros dos juros respetivos, o aumento em trinta por cento dos apoios ao associativismo e à cultura e de cinco por cento nas transferências para as freguesias. Também regista o aumento significativo do investimento em cerca de quarenta e cinco por cento, no total de nove vírgula seis milhões de euros. Será um esforço meritório e sem dúvida um bom trabalho dos serviços financeiros, assim como a excelente apresentação deste documento. -----

--- Mas a gestão de um Orçamento e de um município, no seu entender, não é apenas números. A vida das pessoas e o desenvolvimento do concelho exigem muito mais do que a manipulação das verbas disponíveis, muitas vezes condicionada por interesses políticos e corporativos que nada têm a ver com o interesse público e, na maioria das vezes resulta numa aplicação errática e casuística, sem um planeamento e estratégia sérios e sem rumo definido. -----

--- Saliu que é esta a grande falha deste Orçamento. A par de investimentos que são óbvios e de urgência evidente, há outros inexplicáveis e excluem-se obras ou projetos que considera imprescindíveis para o desenvolvimento do concelho, sublinhando que poderia utilizar aqui algumas das críticas que fez ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e até ao Orçamento para dois mil e dezasseis que se aplicam a este documento.-

--- Registou com agrado o aumento de cinco para trinta e cinco mil euros na promoção turística. Contudo, se a estratégia é chamar turistas, perguntou onde está prevista uma boa estrutura de apoio ao visitante, um espaço digno de acolhimento, um prático local de estacionamento para autocarros, casas de banho públicas, transportes lúdicos e públicos adaptados, etc. -----

--- Perguntou que investimento é proposto para a gestão criteriosa, com lugar a um aproveitamento inteligente dos turistas e peregrinos que demandam a cidade e o concelho.

--- Verificou não estar incluído no orçamento qualquer gasto previsto para a criação de uma estrutura de acolhimento para autocaravanas, aprovada em recomendação apresentada pelo Mais Santarém, na Assembleia Municipal de vinte e quatro de setembro de dois mil e quinze. -----

--- Destacou que está previsto gastar-se um milhão e trezentos mil euros na reconversão da

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

Avenida Afonso Henriques, sem justificação aparente, e olha-se para o lado quando se passa pelo matagal do Sacapeito, mais uma das vergonhas do concelho que, há mais de vinte anos polui uma das entradas nobres da cidade e das mais frequentadas por turistas.

---Criticou a ausência de qualquer verba para a manutenção do Ex Presídio Militar, uma das maiores relíquias arquitetónicas do concelho que, por falta de interesse e até negligência do executivo, continua em degradação permanente, entregue aos ratos e pombos e ao faz de conta cinematográfico. -----

---Referiu que a Calçada do Monte, permanente risco de vida para quem por ela sobe e desce, ratoeira para condutores e peões, paredes sem cara lavada, continua sem intervenção prevista. -----

---Aludiu que aumenta-se a verba para a Cultura, mas nem um cêntimo previsto para a aquisição do espólio fotográfico da casa Grandela Aires que há já alguns anos vem sendo oferecido pelo seu proprietário e que está em risco iminente de ser desbaratado. -----

---Concluiu, por tudo aquilo que antes foi dito e porque não se vislumbra neste orçamento qualquer indício de alteração nas políticas que têm levado o concelho ao estado a que chegou, o movimento de cidadãos Mais Santarém, vota contra este orçamento. -----

---Depois, o senhor **Vítor Franco** começou por referir que o Bloco de Esquerda tem colocado desde início a importância da participação dos cidadãos na elaboração destes documentos. -----

---Considerou que seria importante ter um orçamento de base zero, porque se poderia confrontar tudo desde início e por certo evitavam-se situações como aquela que ocorreu na reunião do estatuto de oposição referindo que o documento não apresenta linhas orientadoras. -----

---Salientou que não consta no orçamento uma verba de setenta mil euros referente ao pagamento e IMI proveniente dos fundos imobiliários. -----

---Disse concordar com a intervenção da CDU relativamente à apreciação deste orçamento, estranhando que o PS ao longo deste mandato nunca tenha votado contra o orçamento municipal. -----

---Aludiu que este orçamento assenta no PEDU com o qual o Bloco de Esquerda discorda

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

pelas razões que são conhecidas.-----

--- No seu entender, o orçamento não aposta em questões fundamentais que dê resposta aos mais necessitados no concelho, apresentando verbas reduzidas para a área da ação social, pelo que o Bloco de Esquerda irá votar contra. -----

--- Depois, o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, que manifestou a sua preocupação relativamente às condições da Extensão de Saúde de Almoester, referindo que a Unidade de Saúde a que esta pertence está em fase de certificação, perguntado o que está pensado para a referida Extensão de Saúde dado que neste orçamento está prevista a intervenção nos centros de saúde do concelho de Santarém um valor de vinte cinco mil cento e sessenta e cinco euros o que é manifestamente insuficiente. -----

--- Seguidamente, o senhor **Joaquim Neto** referiu que em jeito de balanço estes últimos três anos tiveram um investimento bastante baixo, muito em particular nas freguesias rurais.

--- Considerou que a redução da dívida tem prejudicado o investimento, sobretudo ao nível das freguesias rurais, enaltecendo o trabalho realizado pelos serviços municipais. -----

--- Sublinhou que estamos perante um orçamento de suporte ao PEDU, lamentando que as freguesias tenham sido esquecidas em termos de investimento, e concluiu, referindo que o PS irá abster-se na votação deste documento. -----

--- De seguida, o senhor **Manuel João Frazão** felicitou o executivo pela apresentação deste orçamento, considerando ser um orçamento elaborado com rigor que não contem empolamentos que vem na senda dos anteriores. -----

--- Depois, o senhor **Presidente da Câmara** prestou breves esclarecimentos relativamente às questões colocadas, sublinhando o disse na reunião de Câmara aquando da apreciação destes documentos previsionais. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e dezassete**, nos termos das alíneas a) e o), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e três votos a favor, dois votos contra e dezasseis abstenções. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

---Foram efetuadas as seguintes Declarações de Voto: -----

---Os senhores **Armando Rosa** e **José Luís Cabrita** consideraram as suas intervenções Declaração de Voto.-----

---O senhor João Neves – Presidente da Junta de Almoester “O meu voto favorável prendeu-se com os esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara”. -----

---O senhor António João Henriques – Presidente da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém “Votei a favor deste orçamento porque considero ser um bom orçamento para a minha freguesia.” -----

**---PONTO TRÊS – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DURANTE DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE.** -----

---Pela Câmara foi presente a Proposta número cinquenta e dois/dois mil e dezasseis: ---

---“Considerando: -----

---Um) O disposto no artigo vinte e dois do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestação com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:-----

---a. Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

---b. Os seus encargos não excedam o limite de noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

---Dois) A alínea c) do número um do artigo seis da Lei oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro atribui à Assembleia Municipal a competência para autorizar a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público – privadas; -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

--- Três) O artigo doze do Decreto-Lei cento e vinte e sete/dois mil e doze de vinte e um de junho, estabelece que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; -----

--- Quatro) A operacionalização do disposto nos dois pontos anteriores é, de alguma forma problemática, atendendo à atividade regular da autarquia e ao reduzido número de sessões por ano da Assembleia Municipal;-----

--- Cinco) Nos termos do disposto na alínea ccc) no número um do artigo trinta e três da Lei setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro, cabe à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta. -----

--- Assim, dando sequência à deliberação camarária tomada, por maioria, com quatro votos favoráveis dos senhores Presidente e Vereadores Susana Pita Soares, Luís Farinha e Inês Barroso e com cinco abstenções dos senhores Vereadores António Carmo, Ricardo Segurado, Celso Braz, Sérgio Cardoso e Francisco Madeira Lopes, em trinta e um de outubro de dois mil e dezasseis, propõe-se que essa Assembleia Municipal emita **autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal**, nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois ml e doze, de vinte e um de fevereiro e do artigo doze do Decreto-Lei cento e vinte e sete/dois mil e doze, nos casos seguintes: -----

--- a. Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----

--- b. Os seus encargos não excedam o limite de noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

--- Informa-se que: -----

--- i) A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e no Decreto-Lei cento e vinte e sete/dois mil e doze, de vinte e um de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;

--- ii) Será presente às sessões ordinárias da Assembleia Municipal de junho e novembro/



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

dezembro uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo desta autorização prévia genérica.” -----

---Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais para o ano de dois mil e dezassete**, nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois ml e doze, de vinte e um de fevereiro e do artigo doze do Decreto-Lei cento e vinte e sete/dois mil e doze, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e oito votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. -----

### **PONTO QUATRO – PROPOSTA DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO A CONTRAIR DURANTE O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE.**-----

---Pela Câmara foi presente a Proposta número cinquenta e um/dois mil e dezasseis: ----

---“Considerando que: -----

---O fluxo de arrecadação de receitas do Município de Santarém não é constante ao longo do ano; -----

---O planeamento financeiro do Município de Santarém é feito atempadamente e com o objetivo de antecipar desequilíbrios significativos; -----

---Através do uso da previsão e da prospetiva, é possível verificar que durante o ano de dois mil e dezassete, irão ocorrer, momentaneamente, diferenças substanciais entre a receita e a despesa;-----

---Os referidos desequilíbrios, na componente da despesa, irão verificar-se, nomeadamente, nos meses de maio, junho, novembro e dezembro, atendendo aos encargos decorrentes do PREDE e do PAEL; -----

---No final dos meses de maio, agosto e dezembro, o Município de Santarém obterá encaixes significativos de receitas provenientes dos impostos diretos, nomeadamente, do IMI;-----

---Estima-se que o Município de Santarém tenha necessidade de utilizar o empréstimo de curto prazo, em períodos imediatamente anteriores aos meses referidos no ponto anterior;

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

--- Os valores eventualmente utilizados serão liquidados no final dos meses de maio, agosto e dezembro com a receita proveniente do IMI, pelo que se estima que o valor dos juros seja residual.-----

--- Dando sequência à deliberação camarária tomada por maioria, com quatro votos favoráveis dos senhores Presidente e Vereadores Susana Pita Soares, Luís Farinha e Inês Barroso e com cinco abstenções dos senhores Vereadores António Carmo, Ricardo Segurado, Celso Braz, Sérgio Cardoso e Francisco Madeira Lopes, em trinta e um de outubro de dois mil e dezasseis, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia que seja autorizada, ao abrigo e nos termos da alínea f) do número um e do número quatro do artigo vinte e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro conjugados com os artigos quarenta e nove e cinquenta da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, a contratação de empréstimos de curto prazo a contrair durante o ano de dois mil e dezassete, até ao montante de dois milhões de euros, a amortizar integralmente durante o ano de dois mil e dezassete.”-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Empréstimos de Curto Prazo a contrair durante o ano de dois mil e dezassete**, nos termos da alínea f) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, conjugado com os artigos quarenta e nove e cinquenta da Lei número setenta e três/dois mil e treze de três de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e oito votos a favor, zero votos contra e uma abstenção.

--- **PONTO CINCO – PROPOSTA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL - QUATRO POSTOS DE TRABALHO PARA TÉCNICO SUPERIOR (PRODUÇÃO E ESPETÁCULO) E UM POSTO DE TRABALHO PARA TÉCNICO SUPERIOR (TURISMO).**-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e seis/dois mil e dezasseis:-----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária tomada em vinte e oito de novembro de dois mil e dezasseis, por unanimidade, tenho a honra de propor a essa Assembleia, que, nos termos do artigo trinta e três da Lei número sete-A/ dois mil e dezasseis, de trinta e um de março (orçamento de estado para dois mil e dezasseis) delibere conceder autorização para

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

abertura do procedimento concursal destinado a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com os fundamentos expostos na informação número oitenta e nove, de onze de novembro de dois mil e dezasseis, da Divisão de Recursos Humanos e Administração, que se anexa, para quatro postos de trabalho para técnico superior (produção e espetáculo) e um posto de trabalho para técnico superior (Turismo)”.-----

---Após um amplo debate, durante o qual foram prestados esclarecimentos pelo senhor **Presidente da Câmara**, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **proposta de Recrutamento e Seleção de Pessoal - Quatro postos de trabalho para técnico superior (produção e espetáculo) e um posto de trabalho para técnico superior (Turismo)**, nos termos das alíneas a) e o), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

### **PONTO SEIS – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL – TERCEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZASSEIS.**-----

---Pela Câmara foi presente para apreciação o relatório em epígrafe que não carece de votação.-----

### **---PONTO SETE – PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS.**-----

---Pela Câmara foi presente a Proposta número cinquenta/dois mil e dezasseis:-----

---“Dando sequência à deliberação camarária de doze de dezembro de dois mil e dezasseis, tomada por maioria, com oito votos a favor dos senhores Presidentes e Vereadores do PSD – Partido Social Democrata e do PS – Partido Socialista e uma abstenção do senhor Vereador da CDU – Coligação Democrática Unitária, nos termos da alínea i) do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, cabe-me propor à Exm.<sup>a</sup> Assembleia que autorize a Câmara Municipal a proceder à alienação em hasta pública de imóveis municipais, bem como aprove o respetivo programa de procedimentos que se anexa”.-----

---Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

votação a **Proposta de Hasta Pública para Alienação de Imóveis**, nos termos da alínea i), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e três abstenções.-----

**---PONTO OITO – PROPOSTA DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A VIVER SANTARÉM, DESPORTO, LAZER, EM, SA, PARA O ANO DOIS MIL E DEZASSETE.**-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e dois/dois mil e dezasseis: ---

--- “Dando sequência à deliberação camarária de trinta e um de outubro de dois mil e dezasseis cabe-me, nos termos do número cinco do artigo quarenta e sete da Lei número cinquenta/dois mil e doze, de trinta e um de agosto, propor à Exm.<sup>a</sup> Assembleia a aprovação do Contrato Programa a celebrar entre a Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM, SA, e o Município de Santarém para o ano de dois mil e dezasseite, que anexo”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Contrato de Programa entre a Câmara Municipal de Santarém e a Viver Santarém para dois mil e dezasseite**, nos termos da alínea i) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e nove votos a favor, quatro votos contra e zero abstenções -----

**PONTO NOVE – PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO DA LT – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, NOS TERMOS DO PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO.**-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e cinco/dois mil e dezasseis:---

--- “A LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM desempenhou desde vinte e um de dezembro de dois mil e nove até à celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, em um de julho de dois mil e quinze, um papel importante no âmbito da satisfação de necessidades coletivas da população deste concelho e também de outros concelhos vizinhos, nomeadamente nas atividades de programação e reabilitação urbana, sendo evidente, que a sua ação em prol

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

dos interesses dos munícipes foi positiva e real, sendo uma ação de acordo com o interesse público. -----

---Sucedede que, conforme se constata pelos considerandos emanados da reunião do Conselho de Administração da LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM de vinte e cinco de setembro de dois mil e catorze e bem assim, da fundamentação constante do ponto dois do Projeto de Dissolução, a empresa encontra-se em situação de incumprimento da legislação atualmente em vigor, devendo ser desencadeados os procedimentos tendentes à respectiva dissolução e liquidação.-----

Tais procedimentos passam pela celebração de Acordo de Partilha de Bens (cuja minuta é parte integrante do Projeto de Dissolução e Liquidação), a celebrar entre a Câmara Municipal e os restantes sócios da LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM. -----

---Tendo em conta o disposto no artigo sessenta e um, números um e dois, conjugado com o disposto no artigo vinte e dois, número um, todos da Lei número cinquenta/dois mil e doze, de trinta e um de agosto, caberá às Assembleias Municipais de todos os municípios participantes na LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM a aprovação da sua dissolução.

---Assim, dando sequência à deliberação camarária tomada por unanimidade em catorze de novembro de dois mil dezasseis, **cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia Municipal**, nos termos das disposições combinadas do artigo sessenta e dois, número um, alíneas a) e b) da Lei número cinquenta/dois mil e doze, bem como nos termos dos artigos vinte e dois, número um e sessenta e um, número dois, do respetivo regime legal, a dissolução da LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, nos termos do Projeto de Dissolução e Liquidação, para que posteriormente a Câmara Municipal proceda à celebração do Acordo de Partilha de Bens juntamente com os restantes Municípios participantes”. -----

---Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Dissolução da LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, nos termos do projeto de dissolução e liquidação**, de acordo com as disposições no artigo sessenta e dois, número um, alíneas a) e b) da Lei número cinquenta/dois mil e doze, bem como nos termos dos artigos vinte e dois, número um e sessenta e um, número dois, do respetivo regime legal, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

**--- PONTO DEZ – PROPOSTA DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS AO ABRIGO DO NÚMERO SETE, DO ARTIGO SETENTA E UM DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS – REQUERENTE PAULO ALEXANDRE CASQUEIRO FARDILHA. -----**

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e um/dois mil e dezasseis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, em vinte e seis de setembro de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor que essa Assembleia, nos termos do número vinte, do artigo setenta e um do Estatuto dos Benefícios Fiscais, conjugado com o número dois do artigo dezasseis da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, delibere isentar o requerente Paulo Alexandre Casqueiro Fardilha do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis, ao abrigo do número sete do já mencionado artigo setenta e um do Estatuto dos Benefícios Fiscais, pelo período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação do edifício de que é proprietário, sito na Travessa da Lameira, número oito, em Santarém, compreendendo os anos de dois mil e quinze, dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete, dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, com os fundamentos expostos na informação número sessenta, de quatro de agosto de dois mil e dezasseis, da Divisão de Finanças, que se anexa”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis ao abrigo do número sete, do artigo setenta e um do Estatuto dos Benefícios Fiscais – Requerente Paulo Alexandre Casqueiro Fardilha**, nos termos do número vinte, do artigo setenta e um do Estatuto dos Benefícios Fiscais, conjugado com o número dois do artigo dezasseis da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

**PONTO ONZE – DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – AMÂNDIO DELGADO – PROCESSO NUMERO DEZ-DOIS MIL E DEZASSEIS/CINQUENTA E CINCO. -----**

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e três/dois mil e dezasseis: -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

---“Dando sequência à deliberação camarária de trinta e um de outubro de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.”.-----

---Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Declaração de Interesse Municipal – Amândio Delgado – Processo numero dez-dois mil e dezasseis/cinquenta e cinco**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com vinte e nove votos a favor, quatro votos contra e zero abstenções. -----

**PONTO DOZE – DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – AMÂNDIO DELGADO – PROCESSO NUMERO DEZ-DOIS MIL E DEZASSEIS/CINQUENTA E QUATRO.** -----

---Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e sete/dois mil e dezasseis:-----

---“Dando sequência à deliberação camarária de trinta e um de outubro de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.”.-----

---Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Declaração de Interesse Municipal – Amândio Delgado – Processo numero dez-dois mil e dezasseis/cinquenta e quatro**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com vinte e nove votos a favor, quatro votos contra e zero abstenções. -----

**PONTO TREZE – PROPOSTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM NA CIMLT RELATIVO AO REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.** -----

---Pela Câmara foi presente a Proposta número quarenta e oito/dois mil e dezasseis:-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

--- “Dando sequência à deliberação camarária de doze de dezembro de dois mil e dezasseis, tomada por maioria, com oito votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do PSD – Partido Social Democrata e do PS – Partido Socialista e uma abstenção do senhor Vereador da CDU – Coligação Democrática Unitária, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município na CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, atribuídas à Câmara Municipal pela Lei número cinquenta e dois/dois mil e quinze, de nove de junho, relativas ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, nos termos da alínea k) do número um do artigo vinte e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município na CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, relativo ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros**, nos termos da alínea k) do número um do artigo vinte e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e oito votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção.-----

--- **PONTO TREZE – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA.** -----

--- Pelo senhor **Armando Rosa**, da bancada do Mais Santarém, foi apresentada a seguinte proposta de recomendação “Pela preservação do espólio fotográfico da Casa Grandela Aires”: -----

--- “É com manifesta incredibilidade e indignação que se constata que o valioso espólio fotográfico pertencente à mais antiga casa fotográfica do Concelho, "Grandela Aires", última de grandes fotógrafos da cidade, está em risco de sair de Santarém e ser adquirido por um antiquário de Lisboa, cujas intenções, legítimas certamente, são as de retalhar toda essa valiosa coleção de centenas de milhares de fotografias, negativos, chapas, etc. e dispersá-la pelos eventuais compradores, antiquários, colecionadores e municípios com



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

interesses culturais diferentes dos de Santarém. -----

---De facto é muito triste que ao fim de quatro anos de insistentes contactos do último fotógrafo da geração, senhor Olavo Aires, com o executivo camarário, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Gonçalves, no sentido de negociar com o Município de Santarém a aquisição deste valioso espólio histórico e cultural, não tenha havido qualquer resposta por parte da edilidade.-----

---Um espólio fotográfico que resulta de três gerações de fotógrafos, que em mil novecentos e quarenta e três começou com o senhor Joaquim Grandela Aires que passou ao seu filho, Júlio Figueiredo Aires e que finalmente chegou aos nossos dias pelo seu neto, senhor Olavo Aires, atual detentor desse vasto e riquíssimo espólio.-----

---A casa Grandela Aires e as suas fotografias são o maior testemunho histórico/documental da realidade de Santarém e do Concelho desde mil novecentos e quarenta e três. Esta emblemática casa foi desde essa altura a correspondente fotográfica dos jornais com maior tiragem de Lisboa e Porto, fixando para sempre os momentos mais importantes que tiveram expressão na região, oficiais, públicos e privados. -----

---Este executivo ficará para sempre ligado à exclusão deste património histórico, cultural e documental, se nada fizer para o manter na sua posse, como é desejo do seu proprietário que está aberto a facilitar a sua aquisição por parte do Município.-----

---A decisão do executivo terá que ser muito urgente, em virtude de o local onde está atualmente guardado esse espólio, ter de ficar vago até ao final do ano. -----

---Assim, o Mais Santarém, com a certeza de que a preservação destes documentos históricos é um imperativo cívico e cultural indiscutível, propõe que o executivo contacte o senhor Olavo Aires, depositário e proprietário deste espólio, no sentido de avaliar e negociar a possibilidade da sua manutenção no nosso Concelho, com a brevidade que a situação requer.”-----

---Após o debate no qual foram levantadas algumas dúvidas quanto ao valor do espólio, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a recomendação com o seguinte teor “O Mais Santarém, com a certeza de que a preservação destes documentos históricos é um imperativo cívico e cultural indiscutível, propõe que o executivo contacte o senhor Olavo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017

Sessão de 22 de dezembro de 2016

Aires, depositário e proprietário deste espólio, no sentido de avaliar e negociar a possibilidade da sua manutenção no nosso Concelho, com a brevidade que a situação requer”, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. -----

--- Seguidamente a Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade** os Votos de Pesar abaixo transcritos: -----

--- **Voto de Pesar pelo falecimento de José Churro Faustino:** -----

--- “Presidente da Assembleia Municipal de Santarém nos mandatos entre mil novecentos e oitenta e três e mil novecentos e oitenta e seis e entre mil novecentos e noventa e mil novecentos e noventa e três. -----

Nascido a vinte e seis de agosto de Agosto de em Oledo, Castelo Branco, José Churro Faustino, viria a falecer, no passado dia dezassete de outubro de dois mil e dezasseis, com oitenta e três anos de idade. -----

--- Integrou a primeira Assembleia Municipal eleita democraticamente, e foi presidente da Assembleia Municipal de Santarém nos mandatos entre mil novecentos e oitenta e três e mil novecentos e oitenta e seis e entre mil novecentos e noventa e mil novecentos e noventa e três, prestigiando sempre os autarcas em geral e os do PS em particular, e colocando sempre os interesses de Santarém em primeiro lugar., contribuído para o desenvolvimento do concelho de Santarém e da promoção efetivado bem-estar das suas gentes. -----

--- Militante do Partido Socialista desde a primeira hora, militante número um em Santarém, José Churro Faustino foi o principal responsável pela implantação do PS no nosso concelho, tendo feito parte do ptimeiro secretariado da secção de Santarém, eleito em onze de janeiro de mil novecentos e setenta e cinco. -----

--- Se para a sua família a perda é irrecuperável, para todos os que também com ele conviveram, em particular na vida autárquica, ficará igualmente um vazio que não será ocupado. -----

Para honrar a sua memória, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida em vinte e dois de dezembro de dois mil e dezasseis, endereça a toda a sua família e a todos os seus amigos, as suas mais sentidas condolências.” -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 21/2013-2017  
Sessão de 22 de dezembro de 2016

--- **Voto de Pesar pelo Falecimento de Rosalina Melro:**-----

---“No passado dia catorze de novembro Rosalina Melro deixou-nos, com oitenta e dois anos de idade. Professora, cidadã ativa, militante inconformada por Santarém, era uma voz crítica, ativa, sincera e afetuosa na defesa incansável do nosso património histórico, cultural e monumental, mas também contra as injustiças, as desigualdades e a iniquidade.-----

---Formada em Filologia Românica, fez parte da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, do Círculo Cultural Scalabitano e da Região de Turismo do Ribatejo. Mulher de esquerda e dos ideais de abril, foi, em várias eleições autárquicas, candidata e mandatária pela CDU, tendo sido eleita nesta Assembleia Municipal, cujas reuniões enriquecia com as suas intervenções, atentas, corajosas e oportunas, sem nunca calar a crítica justa e feroz, mas procurando sempre o concílio nopositor em francas palavras, amenas e amigas. -----

---Colaborou com os jornais Ribatejo e Correio do Ribatejo e com a Rádio Pernes onde deixou a sua marca e tinha público assíduo. As dificuldades que encontrou pela vida moldaram-lhe o espírito e a vontade, mas não a domaram. Nascida de uma família da Ribeira, durante as muitas visitas guiadas que fazia pela sua Cidade, invariavelmente seguindo o roteiro de Garrett imortalizado nas “Viagens”, falava de Santarém com mestria mas acima de tudo com um amor, carinho e entusiasmo que não deixavam ninguém que a escutasse indiferente. Amava profundamente Santarém e integra de pleno direito o panteão da nossa memória reservado às grandes mulheres de Santarém e de Abril. Calou-se uma voz que fazia falta a Santarém. É com profundo pesar que a Assembleia Municipal endereça aos seus filhos as mais sentidas condolências pelo seu desaparecimento”. -----

---Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação, em minuta, as deliberações tomadas na presente sessão, a fim de produzirem efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

---Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto, nos termos da Lei e do Regimento, o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**: o qual não se

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM**

**ATA Nº. 21/2013-2017**

**Sessão de 22 de dezembro de 2016**

concretizou dada a ausência de intervenientes. -----

--- Eram zero horas, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,  
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----